

Breves notas sobre as Fundações Estatais.

Sara Granemann

A crônica cotidiana dos meios de comunicação no país sinaliza que a saúde pública e o Sistema Único de Saúde estão 'muito mal'. Notadamente a enfermidade apresenta seus inquestionáveis sintomas na 'crise' dos hospitais federais do Rio de Janeiro -de modo especial mas nunca exclusivamente - com prolongamentos também visíveis para os hospitais estaduais e municipais. Diagnosticada a 'crise' indica-se o tratamento: os hospitais federais e os demais hospitais públicos - inclusive os hospitais universitários - carecem, com urgência, de reformas no âmbito da gestão. Tais conclusões encontram-se em relatório do Banco Mundial¹ de recente divulgação e, seria coincidência (?), também em estudos difundidos por importantes sanitaristas ligados ao serviço público e pesquisadores na área da saúde.²

Os argumentos basilares presentes nos diferentes textos centram a análise do Sistema Único de Saúde (SUS) no universo hospitalar embora esta política social, o SUS, reivindique-se muito mais abrangente e universal do que a gestão hospitalar, apenas uma parte da totalidade SUS. Certamente os hospitais públicos necessitam de reformas para aumentarem a qualidade do atendimento prestado à população brasileira. Mas, a expansão e a melhoria dos serviços de saúde, e não somente do atendimento hospitalar, não se resumem aos problemas de gestão dos hospitais. Para o relatório do Banco Mundial e para os trabalhos citados, a razão da ineficiência e do alto custo dos hospitais federais pode ser assim resumida: a burocracia e os empecilhos contidos na legislação brasileira relativas ao processo de compras públicas e ao contrato de trabalho para a execução da política social de saúde acabam por ameaçar a viabilidade do SUS.

Sem deixar de reconhecer os numerosos problemas decorrentes dos processos de compra presentes no estado brasileiro, inclusive da ativa presença da corrupção, as saídas apontadas pelos três estudos são as mesmas e já nossas velhas conhecidas desde o início dos anos 1990, no Brasil, e antes ainda em outras partes do mundo: 'soluções' gerenciais e administrativas para um problema social, de classe social; produzidos pela miséria milhares, milhões de doentes, todos os anos, agonizam em hospitais públicos do país. O propalado equacionamento do problema transmuta a 'questão social' em habilidades gerenciais. Dito de outro modo, para o Banco Mundial trata-se de construir um outro 'ente jurídico' que dará celeridade a resolução dos problemas. Assim, para o mesmo relatório, os hospitais públicos serão ágeis e eficientes quando não seguirem as regras do controle público para as compras e quando flexibilizarem as formas de contratação dos trabalhadores destas instituições.

Se há algum acerto nos problemas iluminados pelos textos e na elaboração do diagnóstico, há também muita manipulação na construção da saída para os problemas elencados, pois

¹ O relatório pode ser encontrado na página do Banco Mundial para o Brasil (www.bancomundial.org.br), sob o seguinte título: **Governance in Brazil's Unified Health System (SUS) -Raising the Quality of Public Spending and Resource Management** Report No. 36601- BR. Brazil February 15, 2007.

² Ver os seguintes trabalhos: **Gestão em Saúde: Novos Modelos de Gestão para os Institutos e Hospitais do Ministério da Saúde**. Trabalho apresentado 8º Congresso da ABRASCO/ 11º Congresso Mundial de Saúde Pública. Rio de Janeiro/ Agosto de 2006, pela equipe formada por: Creuza Azevedo - ENSP; Francisco Campos Braga Neto - ENSP; José Carlos da Silva - IDISA; Lenir Santos - IDISA; Pedro Barbosa - ENSP; Victor Grabois - ENSP; Carlos Ari Sundfeld - Sunfeld Advocacia/SPFundações Estatais como estratégia para Novos Modelos Públicos de Gestão Hospitalar. Os autores do segundo estudo são exatamente os mesmos do documento acima mencionado.

recomendam menos Estado – ao metamorfosearem o Estado, os hospitais públicos em *Fundações Estatais*³ - e mais insegurança para a força de trabalho que poderá ser contratada e, principalmente, demitida para que se cumpra, por exemplo, as metas gerenciais do ‘executivo’ de plantão no hospital público.

Quando se assinala a redução do Estado importa dizer para quem o Estado sofrerá cortes: para a população usuária que no Brasil tem classe social já que nos hospitais públicos e no SUS, assomam, especialmente os pobres em busca de atendimento.

Porém, qual seria o interesse de ‘governos populares’ em aumentar os suplicios da população ao reduzir as políticas sociais para esta classe social?

Numerosos estudiosos das políticas sociais revelam que a parte mais cara do Sistema Único de Saúde é exatamente a dos serviços hospitalares. “Autonomizar” os hospitais públicos – e os Hospitais Universitários - na perspectiva do Banco Mundial torná-os mais permeáveis às privatizações internas e mais facilmente privatizável no sentido pleno.

É este o sentido da recomendação de se combater a ‘burocracia’ ao se reduzir o Estado. Importa notar que não há redução do Estado de modo igual para as diferentes classes que, em tensão, o demandam para o atendimento de suas necessidades. As necessidades do capital em uma quadra histórica de crises como a atual é a de conseguir ampliar o seu espaço de acumulação e de realização do lucro e a privatização das políticas sociais constituem um universo especial para a consecução deste seu objetivo primário. Porém, as necessidades sociais da força de trabalho quando da redução do Estado sofrem enormes rebaixamentos porque o atendimento de suas demandas também são reduzidas tanto no atendimento social que recebem nos hospitais públicos, por exemplo, como na insegurança do trabalho a que serão submetidos os trabalhadores que terão seus contratos alterados com a metamorfose do Estado em *Fundações Estatais*”.

Por fim, tornou-se lugar comum entre os convertidos ao mundo do capital e as suas fórmulas proceder acusações aos que criticam ‘saídas’ como as propostas pelo Banco Mundial e por outros ‘intelectuais orgânicos’ do capital. Esquecem estes que a tarefa da universidade continua a ser a de avaliar e a de formular a crítica à vida real sem o recurso a tergiversação.

³ De modo assemelhado ao que ocorre no âmbito da política social de educação no trato da universidade pública e da contra-reforma que ali se pretende realizar, também no debate do SUS várias denominações foram criadas para justificar a necessidade do capital de produzir suas contra-reformas que operam no sentido oposto aos das necessidades da força de trabalho.